



HUMANIDADES

Volume 24 | Número 1 | janeiro/junho | 2009

Assédio moral: uma prática perversa no ambiente de trabalho
José Clerton de Oliveira Martins, Lisieux de Araújo Rocha,
Dário Gomes do Nascimento

Considerações sobre o falar (ou dialeto) cearense
José Lemos Monteiro
Sherazade e a mentira
Marcio Acselrad

Seria cômico se não fosse trágico: problemas com o português
nas redações de alunos do Ensino Médio
Aíla Maria Leite Sampaio

Jürgen Habermas e o pensamento pós-metafísico
Juliano Cordeiro da Costa Oliveira

Um olhar sobre a cidade em "O pífanos e as árvores",
de Ricardo Ramos
Francisco Renato de Souza

Planejamento urbano, território e desenvolvimento no semiárido
nordestino: uma análise de Irauçuba (CE)
Eduardo Gomes Machado e Maria Anezilany Gomes do Nascimento

Meio ambiente e desenvolvimento: anotações
Elizabeth Castelo Branco e Daniel Rodriguez de Carvalho Pinheiro

A Bossa Nova no discurso literomusical brasileiro
Mônica Dourado Furtado

O discurso da pós-modernidade e o Outro na narrativa A
Obscena Senhora D, de Hilda Hilst
Davi Andrade Pimentel

Os sonhos continuam sendo a via régia para o inconsciente?
Rosane Müller Costa

Uma zoologia de Jorge Luis Borges
Eduardo Jorge de Oliveira

A Espiritualidade na Vida e Obra de Jacob Levy Moreno
Gisneide Nunes Ervedosa, Ana Tercila Campos Oliveira, Giovanna de Sousa Portela

Ensino técnico profissionalizante no Ceará: algumas reflexões para
a educação
Hamilton Viana Chaves

O processo educativo e a dinâmica relacional cognição - afetividade:
fontes filosóficas e sociológicas
Célia Maria Onofre Silva



do mundo urbano - representado pelo ritmo de vida da cidade moderna, ambiente de coletividades indefinidas, marcado por relações transitórias e fugazes que geram relações de indiferença entre os seus habitantes, resultando em indivíduos massificados e destituídos de identidade e na degradação e esfacelamento social -, e a rememoração de lembranças que se estabelece em seu monólogo interior. Nessa dualidade entre o físico e o emocional, presente e passado, mundo urbano e mundo rural, o personagem vai além de um mero posicionamento nostálgico ao buscar a possibilidade da experiência passada no presente como forma de resgate de uma continuidade já rompida ou em vias de rompimento, na tentativa de restabelecer a sua identidade.

Referências

- ADORNO, Theodor W. *Notas de literatura I*. Tradução Jorge M. B. de Almeida. São Paulo: Duas Cidades, Ed. 34, 2003.
- BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7. ed. Tradução Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas III: Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo*. Tradução José Carlos Martins Barbosa e Hemerson Alves Baptista. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos*. Tradução Vera da Costa e Silva. 18. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2003.
- CHIAPPINI, Ligia; AGUIAR, Flávio Wolf de (Org.). *Literatura e história na América Latina*. 2. ed. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2001.
- GOMES, Renato Cordeiro. *Todas as cidades, a cidade: literatura e experiência urbana*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- HYDE, G. M. A poesia da cidade. In: BADBURY, M.; McFARLANE, James. *Modernismo guia geral*. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 275-284.
- RAMOS, Ricardo. *Melhores contos de Ricardo Ramos*. Seleção de Bella Jozef. 2. ed. São Paulo: Global, 2001.

Planejamento urbano, território e desenvolvimento no semiárido nordestino: uma análise de Irauçuba (CE)¹

Urban planning, land and development in semi-arid region: an analysis of Irauçuba (CE)

Eduardo Gomes Machado²
Maria Anezilany Gomes do Nascimento³

Resumo

A partir de uma experiência de extensão acadêmica desenvolvida entre 2006 e 2007, e como parte do processo de elaboração do Plano Diretor Participativo em Irauçuba (CE), foi efetuado um Diagnóstico socioespacial municipal. Este artigo, apresentando alguns dados e reflexões, caracteriza criticamente a gênese e a estruturação territorial do município. Avalia-se que os processos e as dinâmicas de desenvolvimento no semiárido, e particularmente no município enfocado, pressupõem a reestruturação e a reordenação territorial, de tal forma que sejam enfrentados os conflitos e as contradições processualmente consolidadas socialmente. Neste sentido, o planejamento urbano, inserido em análises territoriais e compreendido como prática social e espaço de lutas entre diferentes agentes, permite interferir nas formas de ocupação, uso, acesso e posse/propriedade das diversas localizações e articulações socioespaciais urbanas e rurais que conformam territorialmente o município de Irauçuba. O artigo apresenta a experiência de planejamento urbano, indicando as referências metodológicas e a concepção de desenvolvimento que embasaram o Projeto. Em seguida, caracteriza territorialmente o município, apresentando dinâmicas e processos sociais essenciais à sua estruturação territorial. Por fim, indica contradições entre os padrões e as dinâmicas territoriais socialmente consolidados e as potencialidades e necessidades de desenvolvimento urbano e territorial.

Palavras-chave: Território, desenvolvimento, planejamento urbano, Irauçuba.

¹ Os autores agradecem ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, ao Ministério das Cidades – MCidades, ao Ministério da Ciência e da Tecnologia – MCT e a UNIFOR, através da Vice-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, o apoio recebido.

² O autor é professor na Universidade de Fortaleza – UNIFOR, e na Universidade do Parlamento Cearense – UNIPACE. Cientista Social, Mestre em Sociologia e Doutorando em Sociologia na Universidade Federal do Ceará. Endereço eletrônico: eduardo.machado@pq.cnpq.br.

³ A autora é Geógrafa, Mestre em Geografia e professora na Universidade Estadual do Rio Grande do Norte.

Abstract

From an academic practical work developed between 2006 and 2007, and as part of the process of developing the Master Plan in Participatory Irauçuba (CE), was made a Socio-Space diagnosis in the City. This paper, through presenting some data and reflections, makes a critical describe of genesis and structure of the territorial council. In addition, to make an assessment by the processes and dynamics of development in semi-arid, particularly in the city focused, through of restructuring and reordering of its territorial distribution, for that way, faces the conflicts and contradictions socially consolidated. In this sense, the urban planning, over the territorial analysis, and understood as a social practice and struggle space between different social agents. That process acts on the ways of occupation, use, access and possession / ownership of various locations and socio-space articulations on the urban and rural areas of Irauçuba city. That paper presents the experience of urban planning; giving the methodological references and a development concept that supported the practical work project. Furthermore, that work characterizes the local council, presenting dynamics and social processes in order to mold its territorial structure. Finally, indicates contradictions between the territorial standards and dynamics socially established, and the capacities and needs of urban and territorial development.

Keywords: Territory, development, urban planning, Irauçuba.

Introdução

No contexto de urbanização vivenciado no país, nas últimas décadas, os pequenos e médios municípios brasileiros vivenciam questões e problemáticas urbanas que até recentemente afligiam somente as grandes cidades e suas populações. No semiárido nordestino essas questões e problemáticas associam-se às singularidades socioambientais da região, tendencialmente agravando a vulnerabilização de segmentos sociais crescentes das populações urbanas e rurais e se manifestando através de problemas de mobilidade/trânsito, habitação, saneamento ambiental, coleta e gestão dos resíduos sólidos, gestão das águas, criminalidade e delinquência, dentre outros.

Nesse cenário, o planejamento urbano emerge como espaço caracterizado pela presença de variados agentes sociais, que ocupam posições diferentes, articulam saberes e práticas, promovem projetos e processos, produzem representações e intervenções materiais e imateriais, em um contexto demarcado por correlações de força e por dinâmicas de negociação, disputa, dissenso e consenso. Nessa perspectiva, o planejamento urbano também se caracteriza como uma atividade que oportuniza e regula a participação de indivíduos e coletividades nos processos e nas dinâmicas de estruturação e de ordenação do espaço urbano, impactando as formas de ocupação, uso, acesso e posse/propriedade das diferentes localizações, e das relações, que compõem e articulam

o espaço urbano. Porém, a participação no campo do planejamento urbano não é algo espontâneo ou simples, pressupondo a mobilização de recursos técnicos e políticos, o que nem sempre é acessível a todos os agentes sociais.

Essa concepção de planejamento urbano evidencia a articulação deste campo-atividade aos processos de desenvolvimento nas grandes, médias e pequenas cidades brasileiras. No século XXI, o desenvolvimento mais uma vez emerge como conceito importante nos debates científico-técnicos e nas lutas sociais. Nesse contexto, cabe recuperar a reflexão de Celso Furtado (1980, p. 15-16), quando faz referência a duas dimensões do desenvolvimento, a primeira envolvendo a “evolução de um sistema social de produção na medida em que este, mediante a acumulação e o progresso das técnicas, torna-se mais eficaz, ou seja, eleva a produtividade do conjunto da força de trabalho”, e a segunda remetendo ao “grau de satisfação das necessidades humanas”. Ao mesmo tempo, cabe apresentar a reflexão de Souza (2003, p. 100) acerca do desenvolvimento socioespacial, que envolveria transformações simultâneas nas relações sociais e no espaço social, promovendo a busca de mais justiça social e de melhor qualidade de vida:

Um desenvolvimento urbano autêntico, sem aspas, não se confunde com uma simples expansão do tecido urbano e a crescente complexidade deste, na esteira do crescimento econômico e da modernização tecnológica. Ele não é, meramente, um aumento da área urbanizada, e nem mesmo, simplesmente, uma sofisticação ou modernização do espaço urbano, mas, antes e acima de tudo, um desenvolvimento sócio-espacial na e da cidade: vale dizer a conquista de melhor qualidade de vida para um número crescente de pessoas e de cada vez mais justiça social (Souza, 2003, p. 101).

Na atualidade, apesar das diferentes visões e práticas articuladas à trajetória conceitual e social do desenvolvimento, duas interrogações parecem interpelar as diferentes vertentes teóricas e ideológicas e as diferentes práticas e projetos que se articulam ao tema: Como compreender a dimensão socioespacial do desenvolvimento? Quais as inter-relações entre desenvolvimento e planejamento?

Este texto pretende contribuir para este debate. Ressaltando-se a natureza e a complexidade das restrições socioespaciais ao desenvolvimento, particularmente no semiárido nordestino, apresenta-se a gênese e a caracterização territorial e efetuam-se reflexões sobre as restrições socioespaciais ao desenvolvimento em um município específico. Ao mesmo tempo, compõe o texto a caracterização de uma concepção de planejamento que possa potencializar o desenvolvimento,

interferindo nas estruturas e nas dinâmicas territoriais. Visando atingir estes objetivos, o artigo apresenta de forma breve as noções de espaço social e de território, em seguida descreve a experiência de planejamento territorial e urbano que originou as reflexões, caracteriza territorialmente o município e articula hipóteses interpretativas para as inter-relações entre desenvolvimento, planejamento urbano e território.

1. O espaço social e o território

Anoção de espaço social permite perceber as restrições e as potencialidades ao desenvolvimento que se inscrevem nos aspectos e nos componentes materiais e imateriais que caracterizam cada configuração socioespacial concreta:

O espaço social não é um simples “dado” sem maior importância para a vida social. O espaço social é, ao mesmo tempo, um produto das relações sociais, e um condicionador dessas mesmas relações. A organização espacial e as formas espaciais refletem o tipo de sociedade que as produziu, mas a organização espacial e as formas espaciais, uma vez produzidas, influenciam os processos sociais subjacentes (Souza, 2003, p. 99).

(...) a) não é qualquer coisa que se pode fazer com qualquer estrutura espacial, e uma estrutura produzida por determinadas relações sociais para atender a determinados interesses pode não se prestar a satisfazer adequadamente outros propósitos; b) a produção do espaço de uma determinada maneira exclui outras possíveis alternativas, algumas vezes até em caráter permanente, seja devido ao elevadíssimo custo (...) de se reestruturar inteiramente o espaço, seja devido à destruição, muitas vezes irreparável, do patrimônio natural ou histórico-arquitetônico (Souza, 2003, p. 99).

Ao mesmo tempo, entende-se que o conceito de território permite problematizar as estruturas e as dinâmicas de apropriação e constituição do espaço social, ao evidenciar uma extensão terrestre em que ocorrem relações de propriedade, jurisdição, poder e/ou posse por parte de indivíduos e/ou coletividades. Essa percepção remete à existência de agentes sociais que disputam as potencialidades sociais de apropriação, uso, acesso e ocupação do espaço, forjando nessa dinâmica um conjunto de interações, vínculos e identidades entre si e constituindo o território enquanto espaço atravessado por relações de poder e por processos e dinâmicas de apropriação simbólica e/ou afetiva. Pode-se desta forma

falar em estruturas e em dinâmicas territoriais, porém, e apesar da consolidação processual, em cada território, de componentes materiais e imateriais que conformam fixos e fluxos singulares – de maior ou menor reversibilidade em cada caso específico –, o território não é uma estrutura estática, envolvendo processos e dinâmicas de territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

2. Uma experiência de planejamento urbano no semiárido nordestino

Avalia-se que o planejamento urbano pode interferir nas capacidades de reconstituição do espaço, tornando-o mais ou menos apropriado ao atendimento das necessidades de diferentes agentes sociais, o que remete ao debate sobre o desenvolvimento. Os dados e as análises aqui apresentados foram gerados a partir de uma experiência de extensão acadêmica de caráter inter/transdisciplinar e interinstitucional, efetivada em um pequeno território do semiárido cearense, o município de Irauçuba (MACHADO, 2006). A equipe que participou desse projeto assessorou a sociedade política e a sociedade civil, no âmbito do planejamento territorial e urbano, na elaboração do Plano Diretor do município.

O Plano Diretor (BRASIL, 1988) é definido pela Constituição Federal e pela Lei Federal Nº. 10.257/2001 (BRASIL, 2001), mais conhecida como Estatuto da Cidade, como o instrumento básico de planejamento do desenvolvimento e da expansão urbana. Ribeiro e Cardoso (2003, p.110) compreendem o Plano Diretor como um instrumento que remete ao enfrentamento de problemáticas socioespaciais na medida em que remete a: I) produção do ambiente; II) reordenação territorial articulada à distribuição socioespacial das atividades, populações e recursos; III) regulação dos processos de ocupação, uso, acesso, posse e propriedade no território municipal; IV) regulação da produção e do acesso ao meio ambiente construído; V) regulação da produção e gestão dos serviços urbanos.

Essa experiência de planejamento assumiu um caráter participativo e articulou o enfrentamento da questão urbana às dinâmicas e processualidades territoriais, efetuando um diagnóstico socioespacial do território municipal. Metodologicamente, entendia-se que a produção coletiva, a sistematização e a socialização de conhecimentos críticos sobre o município seria o ponto de partida para as dinâmicas e os processos participativos e, ao mesmo tempo, o fundamento para a geração das proposições que compuseram a Lei.



Figura 01 - Assembléia do Núcleo Gestor - Colégio Paulo Bastos Paulo Bastos

Foto: José Wilton Lima Martins

A identificação e análise das estruturas, das dinâmicas e das processualidades territoriais permitiu evidenciar contradições, conflitos, restrições e potencialidades nas formas de ocupação, uso, acesso e posse e propriedade no espaço urbano e rural do município, afirmando também uma concepção de planejamento que compreende a reterritorialização do município como pressuposto essencial ao desenvolvimento.

3. Gênese e caracterização territorial de Irauçuba

Distando aproximadamente 146 km de Fortaleza, Irauçuba localiza-se na região norte do estado do Ceará, situando-se no semiárido e sendo considerado um dos quatro municípios do país em processo de desertificação (BRASIL, 2002; FUNCEME, 2004). É formado por núcleos urbanos, vilas rurais e fazendas, com dezenas de localidades que abrigam um número variável de famílias e se articulam em torno de seis polos centrais: Irauçuba, fundado em 1957, distrito sede; Boa Vista do Caxitoré, fundada em 1963; Juá, fundado em 1943; e Missi, fundado em 1933; além disso, Campinas e Coité, ambos localizados na área fisicogeográfica do Distrito Sede.

A região onde se situa o município caracterizou-se até o século XIX como área de ocupação indígena – com destaque para os povos Anassé, Apuiaré e Tapuia –, tendo sido segmentada, a partir desse período, em sesmarias e freguesias (SAMPAIO, 1998, p.198). Esse dado desvela um processo de (re) ocupação e (re)povoamento caracterizado por tensões e conflitos entre aqueles povos e os europeus e seus descendentes, o que, do ponto de vista da memória popular, foi apagado historicamente. Na verdade, o senso comum estabelecido

de forma hegemônica no município indica a família Mota como família que teria deflagrado o processo de ocupação e povoamento no território, fundando Irauçuba.

Em 1812, o senhor Luis da Mota e Melo, de origem portuguesa, comboieiro e criador de gado, teria chegado de Pernambuco, acompanhado de seu irmão Alexandre, comprando a Fazenda “Cacimba do Meio” dos senhores Agostinho de Sousa Leal e Ludovico Pinto de Mesquita. A fazenda constituía um lugar de passagem de viajantes, caracterizando uma centralidade propícia às atividades comerciais desenvolvidas pelos irmãos. A partir dessas atividades, o lugar se desenvolveu gradativamente, configurando espacialmente uma pequena vila que, no ano de 1910, já apresentava uma configuração com Igreja, casas, comércios, não tendo mais características de “simples fazenda”, passando esta localidade a ser chamada de Irauçuba.

3.1 Territórios do gado e do algodão

A gênese e a evolução do território articulado a esse núcleo urbano, Irauçuba, vinculou-se à criação de gado, aos cultivos de algodão, às lavouras de subsistência – principalmente feijão e milho –, à criação de animais de pequeno porte, às atividades extrativistas em pequena escala (caça, pesca, extração de madeira, areia, barro, dentre outras) e à produção artesanal em algumas localidades.

A partir do período colonial, pode-se falar em uma divisão territorial de trabalho na região nordestina em que a Zona da Mata centralizou os processos de produção e apropriação de valor, subordinando outras regiões, inclusive o semiárido, aos seus interesses. Nesse contexto, o sertão cearense assumiu a função econômica de produção de gado bovino para alimentação, tração nos engenhos e produção de objetos, vinculando sua evolução à economia colonial açucareira.

Durante os séculos XVIII e XIX, expedições baianas e pernambucanas ocuparam o interior cearense, seguindo o curso dos principais rios e de seus afluentes, instalando currais e fazendas de gado e fundando localidades e vilas que originaram uma rede de cidades e parcela relevante dos atuais municípios cearenses. A forma de ocupação vinculada à criação de gado e ao beneficiamento dos produtos derivados exigiu reduzida mão de obra, caracterizando atividades dispersas em vastas extensões territoriais, povoamentos pouco adensados e uma ocupação difusa em núcleos com população restrita e caráter fragmentário e desarticulado. Nesse contexto, as fazendas e os caminhos de gado constituíram referências centrais ao processo de territorialização, demarcando pontos fixos – postos de comércio, pousadas, paróquias, oficinas de produção de carne de sol

etc. – e fluxos – de pessoas, de bens, de mercadorias, de informações. Compondo marcos da paisagem, o cotidiano nos caminhos do gado caracterizava-se por festividades, acertos comerciais, encontros e desencontros, gerando núcleos de ocupação e convivência e elementos centrais de um modo de vida.

Outra atividade econômica decisiva ao processo de constituição socioespacial do semiárido cearense foi o cultivo e a comercialização do algodão. No território cearense, a partir do final do século XVIII e durante todo o século XIX, essa cultura iniciou um novo ciclo econômico, assumindo a liderança no estado. A força do algodão, conhecido como ouro branco, continuou por algumas décadas, e, em meados dos anos 1950, o Ceará respondia “por 11% e 46%, respectivamente, da produção brasileira e nordestina de algodão em pluma” (CAMPOS, 2006, p. 429). Neste período, dentre os principais municípios produtores de algodão arbóreo e/ou herbáceo, destacavam-se Itapajé e Itapipoca, o que inclui Irauçuba, pois este município adquiriu sua autonomia político-administrativa de Itapajé somente após 1957.

Esta atividade caracterizou uma ocupação fragmentada em micro, pequenas e médias produções familiares subordinadas, através da propriedade da terra e/ou dos processos de comercialização, a grandes proprietários e comerciantes. Essa produção algodoeira foi desenvolvida através de relações de trabalho tradicionais que subordinaram o trabalho à propriedade da terra, permitindo aos grandes proprietários apropriar parte da riqueza gerada. Ao mesmo tempo, os processos de comercialização da produção, vinculados à expansão e reprodução do capital, funcionaram como mecanismos de subordinação até mesmo dos proprietários fundiários, deslocando o excedente econômico para outras regiões.

3.2 Ocupação do espaço e estruturação territorial

O padrão de povoamento e ocupação hegemônico em Irauçuba caracterizou-se como espacialmente extensivo, predatório ambientalmente, subsidiário às dinâmicas e regiões centrais de acumulação de capital (vinculadas à cana de açúcar ou ao algodão) e (re)produzido através de processos de apropriação privada de valor/riqueza pautados de forma hegemônica em relações e estruturas tradicionais. Além de o gado e de o algodão não impulsionarem a diversificação no plantio de culturas temporárias ou permanentes, esse binômio econômico, de alta rentabilidade para as classes proprietárias em seu apogeu, reproduziu relações sociais em que grande parcela da população gerava apenas o necessário para subsistir.

O território de Irauçuba também funcionou como reserva de valor para grandes grupos econômicos e famílias tradicionais ricas cearenses, originárias

ou não da região, que se apropriaram de vastas extensões territoriais. Na verdade, tratou-se, na maior parte dos casos, da imobilização de recursos em um patrimônio considerado seguro, e da reprodução de mecanismos tradicionais de apropriação da renda da terra, sem promoção de mudanças tecnológicas e/ou econômicas, desvelando como a modernização da economia e o enriquecimento familiar no estado do Ceará se articularam à estruturação fundiária tradicional.

Essa estruturação configurou um território caracterizado pela inadequação das técnicas produtivas e exaustão dos recursos naturais – com destruição relevante da biodiversidade de fauna e flora que compõe o patrimônio da caatinga, degradação de recursos hídricos e dos solos. Ao mesmo tempo, essa realidade socioespacial caracterizou-se por uma concentração das propriedades, dos valores econômicos e do poder político através de grandes proprietários fundiários e/ou comerciantes, evidenciando uma sociedade estruturada a partir do coronelismo, fenômeno caracterizado por Queiroz (1975, p. 185) através do comando de oligarquias tradicionais. Nesse cenário, manifestam-se situações cotidianas e estruturais de insegurança social e econômica, articuladas aos conflitos entre a posse e a propriedade das terras, dos bens naturais e das produções agrícolas e pecuárias.

A constituição territorial que articula latifúndio-minifúndio se mantém no arranjo socioespacial municipal, associando um pequeno número de grandes propriedades privadas – com caráter predatório ambientalmente, meios de produção concentrados socialmente e em declínio economicamente – a uma multiplicidade de micro e pequenas posses/propriedades – dependentes social e economicamente, fragmentadas espacialmente e com dificuldades de sustentabilidade.

	Nº estabelecimentos agropecuários	(%) estabelecimentos agropecuários
Minifúndios (<1 até 50 Ha)	1.456	86%
Pequenas propriedades (>50 até 200 Ha)	158	9%
Médias propriedades (>200 até 1.000 Ha)	64	4%
Grandess propriedades (> 1.000 Ha)	20	1%

TABELA 1 – Nº. de estabelecimentos agropecuários FONTE: IBGE - Elaboração própria

Minifúndios (<1 até 50 Ha)	Área total (Ha)	(%) Área total
Pequenas propriedades (>50 até 200 Ha)	5.523,6	5%
Médias propriedades (>200 até 1.000 Ha)	13.591	12%
Grandes propriedades (>1.000 Ha)	31.456,2	29%
Grandes propriedades (>1.000 Ha)	58.480,7	54%

TABELA 2 – Área total por grupos de estabelecimento agropecuário

FONTE: IBGE - Elaboração própria

A Tabela 1 apresenta o número e o percentual de estabelecimentos agropecuários por grupos, de acordo com o tamanho das propriedades, e a Tabela 2 indica o volume de terras controlado por cada grupo. Os dados caracterizam uma concentração do volume majoritário de terras em grandes propriedades e um grande número de micro e pequenas propriedades, majoritariamente acessadas por posseiros submetidos a grandes proprietários. Essa forma socioespacial ainda está em plena vigência social, apesar de lutas e críticas relevantes de segmentos variados na sociedade política e na sociedade civil em atuação no município. Para ilustrar essa permanência, destaque-se que, sendo Irauçuba reconhecida como área abundante em pastagens nativas, ainda é comum o arrendamento de terras em período de invernada para pastoreio de rebanhos vindos de municípios vizinhos. Esse fato gera conflitos socioespaciais e ambientais relevantes, vinculados à degradação dos solos e à destruição de pequenas roças antes da colheita, dentre outros. Outro dado que também confirma essa reiteração no padrão de desenvolvimento é o fato de o mapa de Irauçuba deter oitenta e uma (81) fazendas como pontos de localização no território municipal. (IPECE, 2006)

Nesse sentido, deve-se compreender que no município ainda predominam relações, processos e sistemas de trabalho e de propriedade que permitem a reprodução da renda da terra como dinâmica essencial ao território, apesar das resistências e das contratendências existentes. Isto ocorre através de mecanismos diversos, tais como pagamentos em produção, trabalho ou em dinheiro, desapropriação fundiária com indenização para efetivação de assentamentos e arrendamentos para pastagem, dentre outros.

Também caracterizou essa estruturação territorial de Irauçuba a constituição de uma força de trabalho tornada descartável diante dos processos de reprodução do capital, com uma segregação parcial e/ou sazonal dos trabalhadores em relação às dinâmicas e processos econômicos e/ou de reprodução do capital. A subutilização dessa força de trabalho alimentou o “exército de reserva” gerado no semiárido nordestino, subordinado às dinâmicas regionais/nacionais de reprodução do capital e reproduzido através da migração de trabalhadores para municípios vizinhos, para a capital cearense e para outros estados.

Esse arranjo territorial evidencia uma crise econômica estrutural que, embora remeta diretamente ao município em foco, em suas características gerais pode ser transferida para grande número de áreas no semiárido nordestino. Essa crise caracteriza-se pela não existência de estratégias socioeconômicas alternativas aos padrões e modelos inscritos na estruturação territorial socialmente consolidada, e que apontem para a sustentabilidade do desenvolvimento. Trata-se de uma problemática grave e complexa que indica a necessidade de pensar o modelo de desenvolvimento em articulação com a estruturação territorial. Sem levar em consideração as dinâmicas, relações e estruturas socioespaciais existentes, qualquer experiência que aponte para geração de emprego e renda e para a atração de investimentos corre o risco de reproduzir lógicas, mecanismos e dinâmicas que têm como características a exploração, o aprofundamento de desigualdades e a geração de segregações socioespaciais variadas.

3.3. Potencialidades socioespaciais e experiências inovadoras

Também deve ser reconhecido como um fator relevante para o desenvolvimento municipal a existência de um conjunto importante de atores sociais urbanos e rurais que possuem um bom nível de mobilização e de organização social, com vontade política para fortalecer processos e dinâmicas de transformação. Irauçuba é formada por núcleos urbanos e por dezenas de localidades que envolvem um conjunto muito amplo de comunidades, algumas das quais desenvolvem experiências inovadoras, que apontam para modelos sustentáveis de desenvolvimento e práticas agroecológicas, vinculando-se ao associativismo e a técnicas como barragens subterrâneas, reflorestamento, cisternas e outras. Algumas dessas experiências inovadoras podem ser potencializadas, o que pressupõe o redirecionamento das prioridades de investimento e das estratégias de desenvolvimento, historicamente voltadas para atividades tradicionais e para a grande escala de intervenção socioeconômica. Trata-se de apostar em alternativas na escala dos micro e pequenos produtores e empreendedores, e em práticas sociais e conhecimentos inovadores.

Nessa perspectiva, o reconhecimento da centralidade socioeconômica de micro e pequenos produtores é vital na reorientação dos padrões de desenvolvimento. No município de Irauçuba, o Censo Agropecuário de 1996 (IPECE, 2006) indicou que, do total de 4.025 pessoas que trabalhavam no setor agropecuário à época, 86,2% trabalhavam em minifúndios e pequenas propriedades. Também os dados relacionados à composição dos rebanhos por grupos de propriedade indicam a importância econômica dos minifúndios e das pequenas propriedades na produção agropecuária.

	Minifúndios	Pequenas	Médias	Grandes	Total
Pessoal ocupado	2.880	591	316	238	4.025

TABELA 3 – Pessoal Ocupado na Agropecuária (CENSO 1996)
Fonte: IBGE - Elaboração própria

	Bovinos	Ovinos	Caprinos	Suínos	Total
Minifúndios (<1 até 50 Ha)	3.823	5.997	3.021	4.132	16.973
Pequenas propriedades (>50 até 200 Ha)	4.412	4.372	709	493	9.986
Médias propriedades (>200 até 1.000 Ha)	5.780	3.896	946	248	10.870
Grandes propriedades (>1.000 Ha)	8.961	1.762	1.607	96	12.426

TABELA 4 – Composição dos rebanhos – 1996
Fonte: Seagri

Essa avaliação não deve ocultar as fragilidades estruturais de micro e pequenos produtores rurais, vinculadas às características essenciais do território municipal: 1) parcela majoritária é formada por parceiros/ocupantes, com acesso à posse da terra em situação de subordinação aos proprietários e pagando renda da terra; 2) a produção é destinada em sua maioria para subsistência, não gerando renda familiar; 3) ocorre dependência decorrente de não propriedade e de dificuldades de acesso a terra e recursos e meios de produção, como água, animais de trabalho, sementes, e outros; 4) há desconhecimento de saberes e práticas, de técnicas de manejo e de cultivo sustentáveis; 5) existe dependência em relação a intermediários e comerciantes, no que se refere aos insumos para o cultivo agrícola ou criação de animais e também quanto à comercialização

da produção gerada; 6) caracteriza-se uma não diversificação nas culturas temporárias ou permanentes.

Considerações finais



Figura 02 – O sol junto à pirâmide
 Foto: José Wilton Lima Martins

Madrugada Camponesa

Madrugada camponesa, faz escuro ainda no chão, mas é preciso plantar. A noite já foi mais noite, a manhã já vai chegar. Não vale mais a canção feita de medo e arremedo para enganar solidão. Agora vale a verdade cantada simples e sempre, agora vale a alegria que se constrói dia a dia feita de canto e de pão. (Thiago de Mello; “Faz escuro, mas eu canto”)

O trecho acima, da poesia de Thiago de Mello (2009), remete à esperança calcada na terra, cultivada através da mobilização e da coragem de agentes sociais que constituem o território de Irauçuba e que, com certeza, sonham e lutam por um mundo mais justo, onde a beleza, a paz e a alegria possam encontrar repouso. O município de Irauçuba é sempre percebido, no imaginário social, como território frágil pautado por limitações ambientais e vulnerabilidades sociais. Porém, também é necessário perceber que esse território apresenta variadas belezas, potencialidades pouco exploradas, recursos relevantes, destacando-se a própria população, e experiências socioeconômicas inovadoras, mesmo que em um cenário de contradições e restrições estruturais.

Este texto assumiu alguns pressupostos teóricos e hipóteses interpretativas que orientaram os dados e as reflexões aqui apresentados, que constituem referências a serem problematizadas e desenvolvidas. Em primeiro lugar, a noção de que o espaço, em suas localizações e articulações, é socialmente produzido, estruturado através de processos e de dinâmicas socioespaciais de que participam agentes diferenciados. Em segundo lugar, essa produção social configura estruturas que conformam resistências e condicionantes às interações, práticas e vivências sociais. Em terceiro lugar, essas estruturas são processualmente constituídas, mediadas por práticas e valores sociais e situadas em relações de poder. Em quarto lugar, o planejamento urbano – entendido como prática social e campo de lutas –, caracteriza-se como mediação que permite aos agentes participantes interferir nesses processos de produção social e reconstituição territorial do espaço, transformando essas estruturas territoriais e enfrentando os conflitos sociais vinculados.

Pressupondo essas referências, apresentou-se uma caracterização crítica das estruturas territoriais municipais, entendendo que estas estruturas são socialmente constituídas e configuram resistências aos processos de transformação socioespacial. A partir desta compreensão, avalia-se que o planejamento urbano pode impulsionar processos de desenvolvimento, fortalecendo a produção e a redistribuição de valores e riquezas sociais – parafraseando Celso Furtado –, à medida que potencialize atores sociais em suas capacidades de reestruturação do espaço urbano e de re-territorialização, interferindo nas dinâmicas e nos conflitos de ocupação, uso, acesso e posse/propriedade da terra rural e urbana.

Referências

- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. 33. ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2004. 386 p. (Coleção Saraiva de Legislação).
- BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Estatuto das cidades. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 11 jul. 2001. Seção 1, Atos Poder Legislativo.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *III Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação*. Brasília, DF, 2002. 23 p.
- DIAS, Regina L. F. *Intervenções públicas e degradação ambiental no semi-árido cearense (o caso de Irauçuba)*. 1998. 139 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente)-Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1998.

CAMPOS, Fábio (Ed.). *Anuário do Ceará 2006*. Fortaleza: O Povo, 2006

FUNCEME. *Áreas degradadas susceptíveis aos processos de desertificação no estado do Ceará*. Fortaleza, 2004.

FURTADO, Celso. *Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar*. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.

IBGE. *Perfil municípios*. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/>>. Acesso em 28 maio 2006.

IPECE. *Perfil básico municipal*. Fortaleza: IPECE, 2005. Disponível em: <<http://www.iplance.ce.gov.br>>. Acesso em: 28 maio 2006.

MACHADO, Eduardo Gomes et al. *Diagnóstico socioespacial participativo de Irauçuba CE*. Fortaleza, 2006. Mimeografado.

MELLO, Thiago de. Madrugada Camponesa. Disponível em: http://www.forumseculo21.com.br/conteudo.php?conteudo=poeta&codigo_poeta=9. Acesso em: 12 maio 2009.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O coronelismo numa interpretação sociológica*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930)*. São Paulo: Difel, 1975. t. 3, v. 1.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; CARDOSO, Adauto Lúcio (Org.). *Reforma urbana e gestão democrática*. Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2003.

SAMPAIO, D. *Municípios do Ceará*. Fortaleza: Multigraf, 1998.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *ABC do desenvolvimento urbano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.